



POLÍTICA +

Rosane de Oliveira

rosane.oliveira@zerohora.com.br
gauchazh.com/rosanedoliveira
@rosanedoliveira

Com Débora Cademartori debora.cademartori@zerohora.com.br 3218-4387

DUAS MULHERES EM DEFESA DA JUSTIÇA

Há pontos coincidentes no discurso da presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministra Cármen Lúcia, na abertura do ano judiciário, e da juíza Vera Deboni (foto), que no final da tarde de ontem assumiu a presidência da Associação dos Juizes do Rio Grande do Sul (Ajuris). As duas fizeram uma defesa veemente do Judiciário diante dos ataques que o poder vem sofrendo.

Diplomática, sentada ao lado do presidente Michel Temer e cercada de investigados na Operação Lava-Jato, Cármen Lúcia condenou o que chamou de maus exemplos e disse serem inaceitáveis agressões à Justiça.

Horas depois, em Porto Alegre, Vera Deboni criticou "posturas corrosivas praticadas até por integrantes de tribunais superiores" contra o próprio Judiciário. Disse que "quem não tem visão republicana tenta enfraquecer a Justiça".

Em um dos trechos mais marcantes de seu discurso, Vera Deboni falou de corrupção:

– Os tempos não são fáceis. Estamos em alto-mar revolto. Nunca o Judiciário foi tão provocado a decidir questões envolvendo administradores públicos e a moralidade pública. E nunca se viram tantos malfeitos. A corrupção se mostra uma praga que, podada aqui e ali, está sempre a recrudescer. O trabalho do Judiciário e das instituições que o provocam a agir parece não ter fim como o tapete de Penélope que era tecido de dia para ser desfeito todas as noites, enquanto Ulisses não chegava.

Em Brasília, sem citar nomes, Cármen Lúcia deixou nas entrelinhas que se referia às recentes manifestações de aliados do ex-presidente Lula que pregam a desobediência às decisões judiciais:

– Se não houver um juiz a proteger a lei para os nossos adversos, não haverá um

juiz para nos proteger no que acreditamos ser o nosso direito. Pode-se ser favorável ou desfavorável à decisão judicial. Pode-se procurar reformar a decisão judicial pelos meios legais e nos juízes competentes. O que é inadmissível e inaceitável é desacatar a Justiça, agravá-la ou agredi-la. Justiça individual, fora do Direito, não é Justiça, senão vingança ou ato de força pessoal.

Com uma longa trajetória na defesa dos direitos humanos, especialmente das crianças e de adolescentes, Vera Deboni sustentou que é preciso "buscar soluções inovadoras para composição de litígios e meios para que sejam ágeis e efetivas, respeitando os princípios do contraditório e da ampla defesa, sem incorrer na tentação do enganador populismo". A magistrada destacou que os responsáveis pela alta litigiosidade são os órgãos públicos, os bancos e as prestadoras de serviços concedidos.



VINÍCIUS SPARREMBERG, DIVULGAÇÃO AJURIS

FOTOS: ANDRÉ ÁVILA



RECADOS AO GOVERNADOR

Com um discurso de improviso, marcado pela simplicidade, o deputado Marlon Santos (PDT) assumiu a presidência da Assembleia chamando o governador José Ivo Sartori para o diálogo. Sartori não compareceu à cerimônia de posse e acabou irritando o parlamentar.

– Tenho muita simpatia pelo vice-governador José Paulo Cairoli e gratidão e admiração pelo governador Sartori – disse o deputado em tom conciliador, para em seguida emendar que foi a falta de diálogo com a Assembleia a responsável por nenhum projeto ter sido votado na convocação extraordinária.

O novo presidente disse que seu antecessor, Edegar Pretto (PT), interpretou corretamente o regimento interno e que a culpa é do governo, que "não arredondou o projeto de adesão ao regime de recuperação fiscal".

Mais tarde, na entrevista coletiva, reclamou abertamente da ausência do governador, que foi passar o feriado em Santa Catarina:

– Estamos no pico da crise. Eu vim pronto

para fazer um discurso mandando beijos e tive que fazer um discurso de estadista. O troço pegou fogo, o governador não veio na minha posse, quer dizer,

temos um problema. Os deputados de todos os lados estão tristes. Temos de azeitar as coisas.

Marlon Santos defendeu a Assembleia:

– Aqui não tem uma alma que não queira o bem do Estado. Por que esse grupo estaria contra o Estado? Essa lógica não existe, aqui ninguém é bobo. Todos têm a preocupação de melhorar o Rio Grande do Sul. Se não se aprova ou se posterga, é porque a Assembleia está esperando esclarecimentos.

A cerimônia teve um toque místico. Marlon convocou um pastor e um padre amigos para abençoar sua gestão à frente da Assembleia. Antes do Hino Rio-Grandense, interpretado por Clênio Bibiano da Rosa, o padre pediu que os convidados estendessem a mão direita em direção ao presidente e rezassem o pai-nosso.

Dos ex-governadores, apenas Yeda Crusius participou da cerimônia, que teve a presença dos principais líderes do PDT e da senadora Ana Amélia Lemos (PP).

ALIÁS

Com sete deputados ausentes, a chapa eleita para comandar a Assembleia neste ano teve apenas um voto contrário: o do deputado Marcel van Hattem (PP), que no ano passado também disse não ao acordo. O rodízio que garante a presidência às quatro maiores bancadas está em risco diante das divergências com o PT.

PLEBISCITO VAI VIRAR NOVELA JUDICIAL

Sem conseguir colocar em votação as emendas que acabam com a exigência de plebiscito para privatizar a CEEE, a Sulgás e a CRM, o governo Sartori vai apelar para o Judiciário.

Na ação, com pedido de liminar, o governo pretende questionar a constitucionalidade da emenda que impôs a exigência de plebiscito para a privatização de estatais. A alegação é de que a emenda tem vício de origem, porque foi de iniciativa parlamentar e acaba por engessar o Executivo.

O governo dirá também que tentou aprovar a autorização para a realização do plebiscito, mas o projeto está parado na Comissão de Constituição e Justiça.

A ação não será restrita às três estatais que o Piratini planeja vender.

NA HIPÓTESE DE O STF CONCEDER LIMINAR DERRUBANDO A EXIGÊNCIA DE PLEBISCITO PARA PRIVATIZAR ESTATAIS, A EXPECTATIVA É DE QUE AS AÇÕES DO BANRISUL SE VALORIZEM, MESMO QUE O GOVERNO JURE QUE NÃO PRETENDE VENDÊ-LO.

AÇÕES À VENDA

Suspensa em dezembro porque o valor estava muito baixo, a venda das ações do Banrisul deve se consumir em março, espera o governo Sartori. Caso o negócio tivesse sido feito na semana passada, o Estado teria arrecadado R\$ 2,1 bilhões.

A expectativa no Piratini é de que as ações subam ainda mais, porque o banco teve bom desempenho no último trimestre, mas não há uma data definida para reativar a operação.

GAÚCHAZH



Leia outras colunas em
gauchazh.com
/rosanedoliveira

Colaborou Gabriel Jacobsen